



Diário Notícias

DN Bolsa
24-12-2010

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 150515

Temática: Energia
Dimensão: 1750
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4/5

ENERGIA
UE quer
política
comum
Objectivo
é avançar
já em 2011
PÁGS. 4 e 5

Uma política comum para travar a de

Estratégia. Ameaçada pela crescente dependência externa, a Europa quer rede pan-europeia de electricidade e gás e mercados de fontes renováveis. Objectivo para 2011-2020 requer orçamento comum para construção de infra-estruturas e criação de parcerias público-privadas

ISADORA ATAÍDE

A dependência energética da União Europeia atingiu o pico histórico de 53,1% em 2007. Segundo o Eurostat, no mercado externo busca-se 82,6% do petróleo, 60,3% do gás e 58,5% do carvão anualmente consumido pelos europeus. Embora o consumo de energia tenha sofrido uma queda de 17% entre 1997-2007, o risco de emergências energéticas no continente mantém-se. As crises da Polónia em 2008 e 2009, quando dos cortes no fornecimento de gás a partir da Ucrânia, foram o episódio mais recente e ilustrativo da insegurança europeia em matéria de energia.

A crescente dependência levou os Estados membros a acordarem, por via do Tratado de Lisboa, o estabelecimento de uma política energética comum. Agora, as instituições europeias avançam no desenho das estratégias e políticas que deverão orientar a UE na próxima década, tendo em vista reduzir a dependência externa e o consumo e aumentar a eficiência energética. O Parlamento Europeu aprovou o relatório Estratégia Energética para a Europa 2011-2020, que define os pressupostos e as directrizes para o futuro. "Já existe cooperação, mas uma política energética comum é um campo novo. Há disparidade legislativa entre os países, que tem que ver com as diferentes necessidades de cada Estado membro, as políticas de acesso às fontes de energia e o grau de investimento público", aponta Marisa Matias, eurodeputada da Comissão de Indústria, Investigação e Energia (CIIE) do PE.

Um sistema energético de baixas emissões de carbono, a segu-

rança no aprovisionamento de energia e o reforço da competitividade a nível da União, de modo a tornar os preços mais acessíveis aos consumidores, são os três objectivos identificados no relatório do Parlamento Europeu (PE). Na primeira linha, a meta é reduzir em 20% as emissões de carbono, melhorar em 20% a eficiência energética e aumentar em 20% a produção de energia através de fontes renováveis. Neste campo os indicadores são positivos, com um acréscimo de 50% na produção de energia primária (em especial a partir do sol, do vento e da biomassa) na última década.

Contudo, fixar metas no consumo dos combustíveis fósseis é considerado "difícil" (devido à flutuação dos preços no mercado internacional) e "desnecessário", dado que estas devem derivar do crescimento na utilização das renováveis. Deste modo, a orientação europeia é deixar o consumo fóssil a critério dos agentes e empresas de mercado a partir das "políticas, incentivos e penalidades estabelecidas pela UE".

A integração das redes de electricidade e de gás da UE até 2020 é fundamental para garantir a segurança do abastecimento. Trata-se de uma meta ambiciosa no contexto de uma política energética comum e enfrenta obstáculos como o financiamento e as licenças para as infra-estruturas. "Os projectos de integração são muito caros e o sector privado não pode ser o único a investir. Serão precisos instrumentos financeiros da UE, através de empréstimos do Banco Europeu de Investimento, por exemplo", aponta a eurodeputada Maria da Graça Carvalho, da CIIE.

O tema do financiamento é central para a efectivação de uma

política energética comum e a avaliação dos actores políticos é que o contributo europeu é maior na regulação do que no financiamento.

Os três pacotes legislativos da UE no campo da energia foram frustrados na pretensão de tornar os operadores de sistema europeus em transportadores universais de electricidade e de gás que viriam a financiar a infra-estrutura da rede. O facto é que os operadores não estão a investir nas ligações às fontes renováveis ou na implantação das redes inteligentes. Para além de reclamar a utilização de fundos do orçamento europeu a partir de 2013, a proposta do PE é que o orçamento comunitário sirva de garantia a empréstimos que fomentem as parcerias público-privadas (PPP).

Marisa Matias aponta preocupações nesta área. "Não é claro o caminho de favorecer as parcerias público-privadas. Porque o investimento inicial será dos Estados e da UE e o retorno a médio prazo é substancialmente do sector privado, é necessário avaliar o benefício para o público."

Tendo a Rússia como a principal fornecedora de gás, petróleo e carvão, a política externa é imprescindível para uma política comum. Daí ser imperioso o alargamento das regras europeias para os países vizinhos, através do fortalecimento da Comunidade da Energia e uma nova etapa nas negociações com a Rússia, para o cumprimento da legislação. A diversificação das fontes e das rotas de importação, estimulando os países da Ásia Central a comercializarem com a Europa, e a construção de novos terminais de gás são aspectos nevrálgicos na perspectiva de médio e longo prazo. Neste cenário enquadra-se

o projecto do gasoduto Nabucco – que prevê o transporte de gás dos países asiáticos através do mar Cáspio para a Europa. A decisão de avançar será tomada ainda este ano. Contudo, o comissário Europeu da Energia, Günther Oettinger, reconheceu, em Maio, que os principais obstáculos são "os acordos com os países fornecedores e os problemas técnicos e jurídicos para o gasoduto atravessar o mar Cáspio".

Em uma década (1997-2007), o consumo de energia a partir de fontes renováveis cresceu de 5% para 8% na UE. Para reforçar a produção, o documento aprovado sugere a reunião dos fundos nacionais de apoio às renováveis num regime pan-europeu, com a criação a longo prazo de mercados regionais de energias renováveis. Entre os grandes projectos nesta área, destaque para o DESERTEC, que pretende produzir energia a partir de painéis fotovoltaicos instalados no Norte de África. As redes de transmissão da energia são o maior desafio neste caso, bem como a criação de consórcios entre países do Norte e do Sul do Mediterrâneo.

"O Nabucco e o Desertec são estratégicos, o primeiro por garantir a entrada de gás e o segundo por explorar uma fonte renovável. São também projectos emblemáticos, que devem servir de modelo para outras iniciativas. Penso que Portugal reúne condições para participar no Desertec", sublinha Maria da Graça Carvalho.

Marisa Matias salienta que, para além dos grandes projectos, é preciso pensar local. "Uma das lacunas do relatório é não dar o mesmo estatuto aos grandes projectos e aos de escala regional e local. A dimensão local deve ser

levada em conta nas políticas europeias."

Inovação é outra palavra-chave para o sector. A Comissão Europeia diz ser necessário ampliar os investimentos públicos e privados de três para oito mil milhões até 2020. O armazenamento de energia eléctrica, a exploração das possibilidades não convencionais, como o gás de xisto e as tecnologias limpas do carvão, a gaseificação e a liquefacção são prioritários. A transparência continua a ser um dos desafios europeus, sobretudo em relação às facturas para o consumidor.

Agora cabe à Comissão Europeia avançar com directrizes e/ou regulamentos sobre o tema, com os pressupostos elencados pelo PE, que contou com os contributos dos Estados membros, do sector privado e da sociedade civil. Embora haja consenso sobre a dependência energética, há divergências entre as famílias políticas europeias nas soluções. A eurodeputada Ilda Figueiredo, da CIIE, aponta os riscos de uma política comum. "O significado dessa integração é dar o controlo do mercado europeu de energia a poucas multinacionais. Penso ser perigoso para a energética e para os consumidores, que ficarão sujeitos às taxas e preços das multinacionais".



ESTRATÉGIA PARA 2011-2020

► **Metas** A estratégia deve respeitar os objectivos de um mercado único da energia, da segurança do aprovisionamento, da eficiência energética, da poupança de energia e da promoção de redes. A política deve

conduzir à menor dependência das importações de energia e a um aumento da produção interna.

► **Integração** O mercado interno da energia é considerado indispensável para o cumprimento dos objectivos

políticos da UE. Este será concluído com uma rede de energia pan-europeia, sem fronteiras entre os Estados membros. Os planos de integração das redes de electricidade e gás devem ser executados de modo a

estarem todos concluídos em 2020.

► **Regulação** O papel dos reguladores do mercado da energia e a cooperação entre os reguladores nacionais e a Comissão Europeia devem ser reforçados.

► **Abertura** A maior transparência dos mercados grossistas é apontada como necessária, bem como a realização de uma consulta ao sector em 2012. Solicita-se também a realização de uma cimeira anual com



pendência energética

O caso português

CONSUMO A dependência energética portuguesa situou-se em 82% em 2007, de acordo com o Eurostat. Todo o carvão, gás e petróleo consumidos no País dependem de importações. O carvão e os seus derivados respondem por 11% do consumo energético, o petróleo por 54%, o gás por 15% e as fontes renováveis por 18%. A aposta nas renováveis já se reflecte na diminuição da compra de combustíveis fósseis, embora a importação de energia eléctrica continue a crescer e tenha atingido o pico de 7488 (GWh) em 2007.

João Faria Conceição, administrador da REN (Redes Energéticas Nacionais), considera positivo o percurso do País. "Portugal tem de compensar a sua dependência energética a partir da componente renovável, o que estamos a fazer com sucesso. Em termos de integração das redes, é necessário reforçá-las, quer pela segurança do abastecimento, quer pelos aspectos económicos. O grau de integração com a rede eléctrica europeia, através de Espanha, responde por 25% das nossas necessidades. A Península Ibérica possui oito terminais de gás, o que significa que somos uma porta alternativa que pode reduzir a dependência europeia da Rússia."

O investimento da REN em tecnologia, inovação e integração das redes alcançará os 400 milhões de euros em 2014. A empresa diz-se disponível para participar em projectos inovadores, como o Desertec, que projecta a produção de energia fotovoltaica a partir de estações no Norte de África e no qual um dos desafios é a transmissão de energia. "Estamos disponíveis e atentos aos projectos inovadores de produção e transmissão de energia. Os nossos parceiros mais próximos são os espanhóis e os franceses, para além das associações europeias do sector. Em termos de processo legislativo e de práticas de mercado, Portugal está na linha de frente", diz João Faria Conceição.

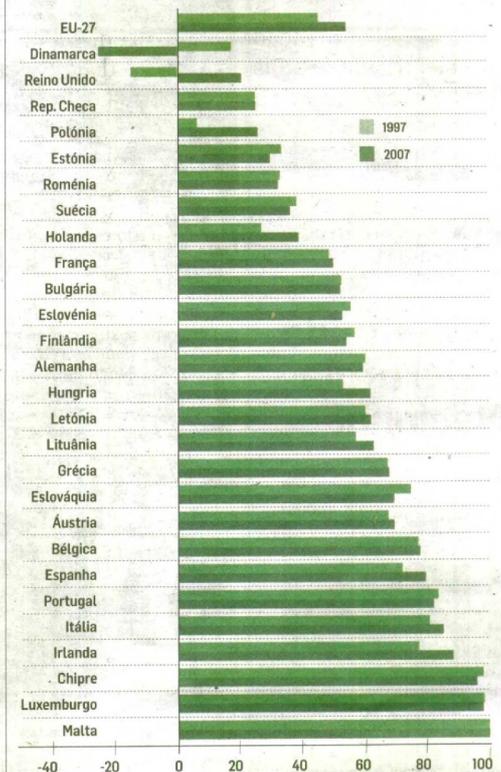
representantes dos parlamentos nacionais sobre as políticas da UE relacionadas com a energia.
Orçamento A política energética exige um percentual maior do orçamento europeu, incluindo a rubrica

das infra-estruturas. Instrumentos financeiros como mecanismos de partilha de riscos e programas de empréstimos de bancos públicos devem apoiar os investimentos nas infra-estruturas energéticas e na eficiência.

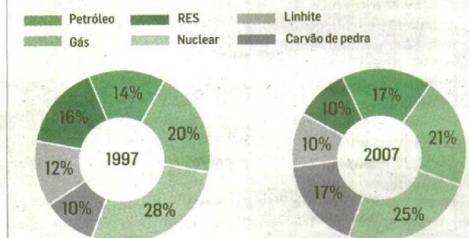
ciência. Sugere-se o uso dos fundos próprios do orçamento da UE como garantia dos empréstimos, a fim de encorajar os investimentos privados.
Renováveis A Comissão Europeia deve estimular a eficiência dos

Dependência energética-todos os produtos

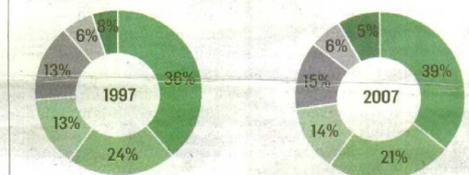
(VALORES EM %)



Produção de energia primária na UE-27 entre 1997 e 2007 - gásóleo



Consumo interno bruto entre 1997 e 2007 - gásóleo



Fonte: Eurostat

Estados membros na exploração das fontes de energia renováveis na UE. Defende-se um sistema de incentivos comuns para as fontes renováveis que permitiria especificar as energias mais adaptadas às regiões.

Mercado Os gasodutos externos e as redes de energia que penetram no território da União Europeia devem reger-se por acordos transparentes e regras de mercado internas.